



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0260788-1

COMARCA : Jaboatão dos Guararapes – 1ª Vara Criminal
APELANTE : Carlos Alberto de Jesus Fabrício
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho
REVISORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira
PROCURADORA : Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz

EMENTA:

PENAL E PROCESSO PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. (ART. 33, CAPUT, DA LEI Nº 11.343/06). PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO (ART. 16, CAPUT, DA LEI 10.826/03). PLEITO ABSOLUTÓRIO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVA À CONDENAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. REDUÇÃO DA REPRIMENDA. IMPOSSIBILIDADE. APELO IMPROVIDO.

I – A materialidade dos delitos restou comprovada nos autos pelo Auto de Apreensão de fl. 13, pelo Laudo de Constatação Preliminar de fl. 20, pelo Laudo Pericial de fls. 21-25, bem como pelo exame de potencialidade lesiva da arma de fogo (fls. 29-32).

II – Os depoimentos dos Policiais que realizaram o flagrante são válidos, principalmente porque são firmes e coerentes desde a fase investigativa, e cabalmente consonantes com as demais provas colacionadas aos autos, inclusive, com a confissão do apelante perante a autoridade policial.

III – O monocrático sentenciante exarou o decreto condenatório com fundamento no robusto acervo probatório coligido aos autos, que ratifica a autoria dos delitos de tráfico ilícito de entorpecentes e porte ilegal de arma de fogo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

IV - Por se dedicar à atividade criminosa o apelante não faz jus à causa de diminuição de pena prevista na regra ínsita no § 4º, do art. 33, da Lei 11.343/06.

V - Apelo desprovido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0260788-1**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife, 21 de março de 2013.

Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0260788-1

COMARCA : Jaboatão dos Guararapes – 1ª Vara Criminal
APELANTE : Carlos Alberto de Jesus Fabrício
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho
REVISORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira
PROCURADORA : Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz

RELATÓRIO

CARLOS ALBERTO DE JESUS FABRÍCIO foi condenado, nos termos da Denúncia, à pena de **08 (oito) anos de reclusão, em regime inicialmente fechado, e ao pagamento de 530 (quinhentos e trinta) dias-multa, à razão de 1/30 (um trigésimo)**, sendo 05 (cinco) anos de reclusão pela prática do delito previsto no **art. 33, caput, da Lei 11.343/06 (tráfico ilícito de entorpecentes)** e 03 (três) anos de reclusão pela prática do crime descrito no **art. 16, caput, da Lei 10.826/03 (porte ou posse ilegal de arma de fogo)**, nos moldes da sentença de fls. 226-233.

Narra a atrial acusatória (fls. 01-A, 01-B e 01-C), em suma, que na madrugada do dia 02/03/2010 **CARLOS ALBERTO DE JESUS FABRÍCIO** foi preso em flagrante delito por ter em depósito, no interior de sua residência, sita na Rua 12 de outubro n º 35-D, Jardim Piedade, no município de Jaboatão dos Guararapes-PE, 22 (vinte e dois) papелotes de **MACONHA**, prontos para comercialização, com massa líquida total de 35,920 (trinta e cinco gramas, novecentos e vinte miligramas), sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, cuja substância causa dependência física e/ou psíquica, conforme descrito nos Laudos de Constatação e Pericial insertos às fls. 20-25.

Irresignado, o sentenciado apelou (fl. 238), oferecendo razões recursais às fls. 257-272, onde **pleiteia a sua absolvição pela prática dos crimes de porte ilegal de arma de fogo e tráfico de drogas**,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

ante a fragilidade da prova, ao argumento de que os depoimentos dos policiais são contraditórios e arbitrários, não havendo prova suficiente de autoria para lastrear um édito condenatório. **Subsidiariamente, pugna pela redução da reprimenda, com o reconhecimento da causa de diminuição de pena prevista no § 4º, do art. 33, da Lei 11.343/2006**, argumentando lhe serem favoráveis as circunstâncias judiciais.

O **Ministério Público** ofereceu contrarrazões ao apelo às fls. 275-280, pugnando pelo **improvemento** do recurso, com a manutenção total da sentença fustigada, ao fundamento de estar embasada no conjunto probatório colacionado aos autos.

A douta **Procuradoria de Justiça Criminal**, através da Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz, ofertou parecer às fls. 290-293, opinando pelo **improvemento** do apelo, mantendo-se a decisão atacada pelos seus próprios fundamentos.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 18 de 02 de 2013.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0260788-1

COMARCA : Jaboatão dos Guararapes - 1ª Vara Criminal
APELANTE : Carlos Alberto de Jesus Fabrício
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho
REVISORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira
PROCURADORA : Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz

VOTO DO RELATOR

Consoante relatado, **CARLOS ALBERTO DE JESUS FABRÍCIO** foi condenado, nos termos da Denúncia, à pena de **08 (oito) anos de reclusão, em regime inicialmente fechado, e ao pagamento de 530 (quinhentos e trinta) dias-multa, à razão de 1/30 (um trigésimo)**, sendo 05 (cinco) anos de reclusão pela prática do delito previsto no **art. 33, caput, da Lei 11.343/06 (tráfico ilícito de entorpecentes)** e 03 (três) anos de reclusão pela prática do crime descrito no **art. 16, caput, da Lei 10.826/03 (porte ou posse ilegal de arma de fogo)**, nos moldes da sentença de fls. 226-233.

Narra a atrial acusatória (fls. 01-A, 01-B e 01-C), em suma, que na madrugada do dia 02/03/2010 CARLOS ALBERTO DE JESUS FABRÍCIO foi preso em flagrante delito por ter em depósito, no interior de sua residência, sita na Rua 12 de outubro n° 35-D, Jardim Piedade, no município de Jaboatão dos Guararapes-PE, 22 (vinte e dois) papелotes de MACONHA, prontos para comercialização, com massa líquida total de 35,920 (trinta e cinco gramas, novecentos e vinte miligramas), sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, cuja substância causa dependência física e/ou psíquica, conforme descrito nos Laudos de Constatação e Pericial insertos às fls. 20-25.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

Notícia a Denúncia que, horas antes, a polícia apreendeu dentro do automóvel do denunciado – um Fiat Palio, placa IJH-9987, verde escuro, ano/modelo 1999/2000 – uma pistola ponto quarenta (.40), de uso restrito, número de série STL07329, produto de crime, porquanto foi subtraída do policial civil Carlos José Maciel Cortez, conforme o Boletim de Ocorrência nº 10E0095001981, inserto às fls. 35-36 dos autos.

Consoante as peças informativas, policiais civis receberam a informação de que o denunciado havia adquirido a referida arma de fogo numa transação com drogas e que a mesma estava no interior do Fiat Palio pertencente ao acusado.

Empreendidas diligências, logrou-se encontrar a pistola no automóvel do denunciado, que, na oportunidade, era conduzido na Av. Bernardo Vieira de Melo, em Jaboatão dos Guararapes, pelo seu cunhado Adriano Monteiro de Assis, tendo este dito que havia pegado o carro emprestado e que não sabia que a pistola do seu cunhado “BOY” estava no veículo. Em seguida, disse que CARLOS ALBERTO era traficante de drogas, indicando o endereço do acusado aos policiais, local onde foi encontrada a MACONHA descrita acima.

Nas razões recursais às fls. 257-272, o recorrente **pleiteia a sua absolvição pela prática dos crimes de porte ilegal de arma de fogo e tráfico de drogas**, ante a fragilidade da prova, ao argumento de que os depoimentos dos policiais são contraditórios e arbitrários, não havendo prova suficiente de autoria para lastrear um édito condenatório. **Subsidiariamente, pugna pela redução da reprimenda, com o reconhecimento da causa de diminuição de pena prevista no § 4º, do art. 33, da Lei 11.343/2006**, argumentando lhe serem favoráveis as circunstâncias judiciais.

Nenhuma razão assiste ao apelante.

O monocrático sentenciante exarou o decreto condenatório com fundamento no robusto acervo probatório produzido na fase investigativa e ratificado em juízo, que apontam a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

autoria dos delitos de tráfico ilícito de entorpecentes e porte ilegal de arma de fogo para o apelante CARLOS ALBERTO DE JESUS FABRÍCIO.

A materialidade dos delitos restou comprovada nos autos. Relativamente ao delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/06, ficou demonstrada pelo Auto de Apreensão de fl. 13, pelo Laudo de Constatação Preliminar de fl. 20, bem como pelo Laudo Pericial de fls. 21-25, que atesta que foram apreendidos 35,920g (trinta e cinco gramas, novecentos e vinte miligramas) da droga popularmente conhecida por "maconha". Concluindo ainda os peritos que: *"Em face dos exames realizados e diante de tudo quanto foi exposto no presente laudo, o signatário conclui que o material examinado constitui-se de sementes e/ou frutos, inflorescências e partes do vegetal da espécie Cannabis sativa Linneu, vulgarmente denominado 'maconha', contendo a substância Δ-9-tetrahidrocannabinol (Tetrahydrocannabinol ou THC), como princípio ativo."*

Quanto ao delito do art. 16, *caput*, da Lei 10.826/2003, restou demonstrada pelo exame de potencialidade lesiva da arma de fogo (fls. 29-32). No Laudo Pericial de fls. 29-32 – Perícia Balística –, afirmaram os peritos: *"Trata-se de uma arma de fogo tipo pistola, marca Taurus, calibre .40, fabricação brasileira, apresentando o número STL 07329, percussão intrínseca indireta, coronha em placas de plástico na cor preta, cano de alma raiada medindo, aproximadamente, 9,8cm de comprimento, acabamento em metal oxidado."* E mais: *"Trata-se de oito (08) cartuchos do calibre .40 sendo sete (07) intactos e um (01) pinado, compatíveis com uso com a arma em tela."* Concluindo os peritos que: *"a arma de fogo em questão, quando da realização dos exames periciais, estava em condições de funcionamento, efetuando tiros."*

Ademais, a arma adquirida pelo apelante é de uso restrito, consoante se vê na transcrição abaixo do inciso III, do art. 16, do Decreto 3.665/2000:

"Art. 16. São de uso restrito:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

III - armas de fogo curtas, cuja munição comum tenha, na saída do cano, energia superior a (trezentos libras-pé ou quatrocentos e sete Joules e suas munições, como por exemplo, os calibres .357 Magnum, 9 Luger, .38 Super Auto, .40 S&W, 44 SPL, .44 Magnum, .45 Colt e .45 Auto;”

Quanto à autoria delitiva, esta resta evidenciada pela prova deponencial colhida em juízo: HÉLIO CRISTIANO PERRINI TEIXEIRA (fls. 181-182), RICARDO BARBOSA LEITE (fls. 182-183); WELLINGTON DE PÁDUA DOS SANTOS (fl. 183), ADRIANO MONTEIRO DE ASSIS (fl. 184), CARLOS JOSÉ MACIEL CORTEZ (fls. 156-157). Vejamos:

Em que pese o apelante ter negado em juízo a prática de ambos os delitos, quando ouvido perante a autoridade policial confessou, com riqueza de detalhes, ser traficante de drogas, dizendo que **há 03 (três) anos vivia do tráfico de drogas, especialmente maconha e crack. Afirmou, inclusive, que em princípio comercializava as drogas no bairro de Santo Amaro, no Recife, mas, em face dos homicídios pela disputa de “bocas” entre os traficantes, mudou-se para Jardim Piedade, para traficar crack no município do Cabo. Disse que normalmente ia de moto traficar no Cabo, mas às vezes usava o veículo que está apreendido na Delegacia.** Afirmou que possui uma moto Honda CG Titan 150 cc KS, cor preta, 2008, placa KJS-4546, e um veículo Pálio verde escuro, IJH-9987, ano 1999-2000 e que ambos estão em nome de terceiros (fl. 07).

Ademais, **o próprio cunhado do apelante - ADRIANO MONTEIRO DE ASSIS - afirmou em juízo que o veículo que havia sido utilizado por ele (testemunha), apesar de estar em nome de terceira pessoa, pertencia ao apelante. Disse, ainda, que tinha conhecimento de que o apelante era traficante de drogas.** (fl. 184).

Os depoimentos dos policiais que efetuaram o flagrante são coerentes e harmônicos desde a fase inquisitorial, e foram corroborados pelos demais elementos probatórios coligidos aos autos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

sob o crivo do contraditório, merecendo tais depoimentos total credibilidade. Vejamos:

HÉLIO CRISTIANO PERRINI TEIXEIRA disse em juízo (fls. 181-182):

"QUE o fato ocorreu conforme descrito na denuncia uma vez que através de denúncia anônima, informava que na localidade havia uma pessoa conhecida por BOY que fazia tráfico de droga, possuía uma pistola .40 (ponto quarenta) e dava características do carro que o acusado usava, um Fiat Palio; QUE naquela ocasião, a polícia montou campana e localizou o veículo indicado que o acusado usava, e na abordagem que conduzia o veículo era ao cunhado do acusado, e ao vistoriarem o veículo encontraram a pistola, municiada, tendo o condutor dito ser o cunhado do acusado e que o carro fora-lhe entregue para fazer um mandado para a pessoa do acusado e ainda afirmou que a pistola era de propriedade do acusado CARLOS ALBERTO/BOY e que ele, condutor, não sabia que a pistola estava no interior do veículo; QUE através da pessoa que conduzia o carro chegaram até à residência do acusado, onde localizaram os papérols e maconha; QUE ao fazerem a checagem, via INFOSEG, constataram pela numeração da arma que a mesma tinha sido furtada de um Policial Civil; (...)". Destaque nosso.

RICARDO BARBOSA LEITE declarou em juízo (fls. 182-183):

"QUE o fato ocorreu conforme descrito na denuncia, uma vez que, através de denúncia anônima, informava que na localidade havia uma pessoa conhecida por BOY que fazia tráfico de droga, possuía uma pistola .40 (ponto quarenta) e dava características do carro que o acusado usava, um Fiat Palio; QUE naquela ocasião, a polícia montou campana e localizou o veículo indicado que o acusado usava, próximo ao restaurante "Du Maranhão", em Candeias, e na abordagem quem conduzia o veículo era o cunhado do acusado, e ao



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

vistoriarem o veículo, encontraram a pistola, municiada, que foi localizada pelo policial Wellington, tendo o condutor do veículo dito ser o cunhado do acusado e que o carro fora-lhe entregue para fazer um mandado para a pessoa do acusado e ainda afirmou que a pistola era de propriedade do acusado CARLOS ALBERTO/BOY e que ele, condutor, não sabia que a pistola estava no interior do veículo; QUE através da pessoa que conduzia o carro, chegaram até à residência do acusado, onde bateram na porta, se identificaram como policiais, a porta foi aberta e ao vistoriarem a residência, localizaram os papелotes de maconha, dentro do quarto da casa; QUE ao fazerem a checagem, via INFOSEG, constataram pela numeração da arma que a mesma tinha sido furtada de um Policial Civil, na localidade de Casa Amarela; (...)". Destaque nosso.

No mesmo sentido foi o depoimento da testemunha WELLINGTON DE PÁDUA DOS SANTOS, que declarou em juízo (fl. 183):

"(...) QUE através da pessoa que conduzia o carro, chegaram até à residência do acusado, onde bateram na porta, se identificaram como policiais, a porta foi aberta e ao vistoriarem a residência, localizaram os papелotes de maconha, dentro da casa do acusado não sabendo em qual local exato, porque quem fizera a apreensão fora o policial Ricardo; QUE ao fazerem a checagem, via INFOSEG, constataram pela numeração da arma que a mesma tinha sido furtada de um Policial Civil, na localidade de Casa Amarela; QUE quando da localização da droga, o acusado afirmou que não era de sua propriedade, mas não indicou de quem seria nem como adquirira; (...) QUE não houve qualquer reação por parte do acusado quando da abordagem; QUE a pessoa do acusado era quem comandava o tráfico de drogas no bairro de Santo amaro e estava morando no local indicado na denúncia como refúgio; QUE ao chegar à residência do acusado era por volta das 22 horas e havia pouca movimentação na rua; QUE a arma fora encontrada dentro do veículo, em uma caixa de som



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

que estava no porta-malas; QUE a pessoa do cunhado ADRIANO que conduzia o veículo Palio afirmou que o acusado CARLOS ALBERTO era traficante de drogas; (...). Destaque nosso.

A testemunha ADRIANO MONTEIRO DE ASSIS, cunhado do apelante, disse em juízo (fl. 184):

"(...) ao chegar próximo ao Hotel Dorisol, fora abordado pela polícia que ao vistoriar o veículo encontrou uma pistola .40 municada, arma que o depoente não sabia que estava no interior do veículo, bem assim não sabe informar em que parte do veículo a mesma fora apreendida, porque o depoente já estava algemado, no interior da viatura da polícia; QUE de onde fora bordado, o depoente levou a polícia até à residência do seu cunhado Carlos Alberto e somente tomou conhecimento da apreensão da droga na residência quando chegou na Delegacia; QUE o depoente chegou a firmar à Polícia que não se envolvia na vida pessoal do acusado, mas que por alto, tinha conhecimento que o mesmo era errado e que lidava com tráfico de drogas. (...) QUE o veículo Pállo identificado na denúncia era de propriedade do acusado, mas estava no nome da irmã do acusado; (...)". Destaque nosso.

Os depoimentos dos Policiais que realizaram o flagrante são válidos, principalmente porque são coerentes e consonantes com as demais provas colacionadas aos autos, inclusive, com a confissão do apelante perante a autoridade policial.

Sobre a matéria colaciono julgado do STJ:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

PROCESSUAL PENAL. HABEAS-CORPUS. ALEGAÇÃO DE NULIDADES. PRISÃO EM FLAGRANTE. TRÁFICO DE DROGAS. ENTRADA NO DOMICÍLIO SEM ARROBAMENTO. LEGALIDADE. DEFICIÊNCIA DE DEFESA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. CO-RÉUS PATROCINADOS POR UM ÚNICO DEFENSOR. DEFESAS CONFLITANTES. INEXISTÊNCIA. **TESTEMUNHO POLICIAL. IDONEIDADE.** ALEGAÇÃO DE PROVA ILÍCITA. QUESTÃO CONTROVERTIDA. PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL. EXAME DE PROVAS. IMPROPRIEDADE.

- A garantia constitucional da inviolabilidade do domicílio cede espaço nos casos de flagrante delito (CF, art. 5º, XI), não merecendo censura a ação policial intentada com o objetivo de efetuar prisão no interior de residência em que se realizava comércio ilícito de entorpecentes, em especial quando a entrada ocorreu sem arrombamento.

- Em tema de nulidades no processo penal, é dogma fundamental a assertiva de que não se declara a nulidade de ato se dele não resulta prejuízo para a acusação ou para a defesa ou se não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.

- A ausência ou deficiência de defesa, susceptível de dar causa a nulidade do processo, deve ser suficientemente demonstrada, com objetiva indicação do prejuízo, não merecendo acolhida a alegação de defesas conflitantes patrocinadas pelo mesmo defensor quando os co-réus negam o crime sem acusações recíprocas.

- Inteligência da Súmula 523 do Supremo Tribunal Federal.

- É idônea a prova testemunhal colhida no auto de prisão em flagrante e reafirmada em Juízo, com plena observância do contraditório, mesmo constituída apenas por depoimentos de policiais que realizaram o flagrante.

- O habeas-corpus, em razão do seu rito processual estreito, que não comporta dilação probatória, não é remédio adequado para o debate sobre validade de sentença porque fundada em depoimentos policiais.

- Tema relativo à progressão de regime prisional, por envolver um leque de circunstâncias subjetivas e objetivas, é insusceptível de apreciação e decisão no



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

âmbito restrito do habeas-corpus, que não tem espaço para exame aprofundado de provas.

- Habeas-corpus denegado. (HC 9.314/RJ, Rel. Ministro VICENTE LEAL, SEXTA TURMA, julgado em 22/06/1999, DJ 09/08/1999, p. 176).

APELAÇÃO CRIME. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ARTS. 33, 35, CAPUT, AMBOS DA LEI N.º 11.343/06. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA DE PRIMEIRO GRAU. DEPOIMENTO DE POLICIAIS ENVOLVIDOS NO FLAGRANTE E CONFISSÃO EM SEDE POLICIAL. VALIDADE COMO MEIO PROBATÓRIO. 333511.343 Confissão em sede policial, em versão coerente e lógica, a qual está em total consonância com o acervo probatório. A redação do art. 155 do CPP não traz qualquer vedação para que seja valorada tal prova, pois, em que pese produzida na fase inquisitorial, foi... 155CPP (70039564786 RS, Relator: Osnilda Pisa, Data de Julgamento: 27/07/2011, Primeira Câmara Criminal, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 11/08/2011, undefined)

Relativamente ao pleito de redução da reprimenda, melhor sorte não assiste ao apelante.

O monocrático sentenciante não laborou em equívoco por não reconhecer a causa de diminuição de pena prevista na regra ínsita no § 4º, do art. 33, da Lei 11.343/06, eis que, conforme se depreende da Certidão do Juízo, inserta à fl. 223, o apelante responde ao processo nº 0106665-77.2009.8.17.0001, em trâmite na 2ª Vara do Tribunal do Júri do Recife, por homicídio qualificado, donde se conclui que o apelante se dedica a atividades criminosas, o que impediu o reconhecimento da referida causa de diminuição.

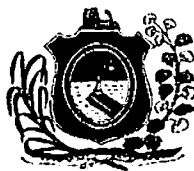


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

Ante o exposto e em consonância com o parecer da
douta Procuradoria de Justiça, **nego provimento ao recurso**,
mantendo na íntegra a sentença vergastada.

Recife, 21 de março de 2013.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator



STJCA
316
PB
TRIBU

46

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

APELAÇÃO CRIMINAL n.º 0260788-1

PROCESSO 1º GRAU n.º 0003964-02.2010.8.17.0810

COMARCA : Jaboatão dos Guararapes – 1ª Vara Criminal
APELANTE : Carlos Alberto de Jesus Fabrício
APELADO : Ministério Público/PE
PROC. JUSTIÇA : Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros C. Filho
REVISOR CONVOCADO : Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida

VOTO DE REVISÃO

O Ministério Público de Pernambuco denunciou Carlos Alberto de Jesus Fabrício pela prática dos tipos descritos no artigo 33¹, da Lei n.º 11.343/06 (tráfico ilícito de entorpecentes) e art. 16, *caput*, da Lei n.º 10.826/03 (porte/posse ilegal de arma de fogo) (fls. 01A/01C).

Narra a exordial que, no dia 02/03/2010, o denunciado foi preso em flagrante delito por ter em depósito, no interior de sua residência, sito na Rua 12 de Outubro, n.º 35-D, Jardim Piedade, Jaboatão dos Guararapes/PE, sem autorização e em desacordo com a determinação legal ou regulamentar, 22 (vinte e dois) papелotes de maconha, prontos para a comercialização, com massa líquida total de 35, 920 gramas (fls. 01A).

De acordo com a denúncia, horas antes a polícia apreendeu dentro do automóvel do denunciado – Fiat Palio, placa IHH-9987, uma pistola 40 (ponto quarenta), de uso restrito, número de série STL07329, produto de crime, furtada do policial civil Carlos José Maciel Cortez, adquirida numa transação com drogas, sem autorização e em desacordo com a determinação legal ou regulamentar, conforme BO de fls. 35/36.

Encerrada a instrução criminal, o douto magistrado julgou procedente a denúncia e condenou Carlos Alberto de Jesus Fabrício à pena definitiva em 05 (cinco) anos de reclusão, sem causas de aumento ou

¹ Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:
Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.



STJCA-PR-317-TRBU

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

diminuição, cumulada à pena pecuniária de 500 (quinhentos) dias-multa, à razão de 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo cada dia-multa, em relação ao crime descrito no artigo 33, caput, da Lei 11.343/06, e a pena de 03 (três) anos de reclusão, sem causas de aumento ou diminuição, cumulada à pena pecuniária de 30 (trinta) dias-multa, à razão de 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo cada dia-multa, em relação ao crime descrito no art. 16, caput, da Lei nº 10.826/03.

Assim, face ao concurso material, **Carlos Alberto de Jesus Fabrício** foi condenado a uma reprimenda total de **08 (oito) anos de reclusão, cumulada à pena pecuniária de 530 (quinhentos e trinta) dias-multa, à razão de 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo cada dia multa, a minguada de circunstâncias capazes de majorar ou minorar a pena imposta e de causas especiais de aumento ou de diminuição (fls. 226/232).**

Irresignado com a sentença condenatória, **Carlos Alberto de Jesus Fabrício** interpôs tempestivo recurso de apelação (fls. 257), oferecendo razões recursais às fls. 258/272, sustentando a tese de negativa de autoria e de insuficiência de provas para a condenação, alegando a existência de contradições nos depoimentos dos policiais envolvidos na prisão e de que o flagrante realizado foi forjado. Pugna pela absolvição e, alternativamente, pela redução da pena aplicada em relação ao crime de tráfico, eis que o apelante é réu primário, não integra organização criminosa e por se tratar de crime envolvendo somente 35g de maconha.

Nas contrarrazões de fls. 275, o Ministério Público rechaça a alegação de que inexistem provas para a condenação nas penas do art. 33, da Lei nº 11.343/06, razão pela qual requer a manutenção da sentença em todos os seus termos (fls. 275/280).

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa de Dra. Laíse Tarçila Rosa de Queiroz, emitiu parecer pelo não provimento recursal (fls. 290/292).

1. Da alegação de negativa de autoria e de insuficiência de provas hábeis a ensejar o decreto condenatório:

Não obstante **Carlos Alberto de Jesus Fabrício** negar a autoria delitiva em relação ao crime descrito no art. 33, da Lei nº 11.343/06, os depoimentos testemunhais prestados em juízo por Ricardo Barbosa Leite, Hélio Cristiano Perrini Teixeira, Carlos José Maciel Cortez e o próprio acusado,



STICA
812
PB
TRIBU

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

Carlos Alberto de Jesus Fabrício, bem como as demais provas colacionadas aos autos, convergem no sentido de atribuir ao recorrente a prática dos tipos descritos nos artigos 33², da Lei n.º 11.343/06, e art. 16, *caput*³, da Lei n.º 10.826/03.

Em juízo, Hélio Cristiano Perrini Teixeira disse que (fls. 181/182):

"(...) QUE o fato ocorreu conforme descrito na denúncia uma vez que através de denuncia anônima, informava que na localidade havia uma pessoa conhecida por BOY que fazia tráfico de droga, possuía uma pistola .40 (ponto quarenta) e dava características do carro que o acusado usava, um Fiat Palio; QUE naquela ocasião, a policia montou campana e localizou o veículo indicado que o acusado usava, e na abordagem que conduzia o veículo era ao cunhado do acusado, e ao vistoriarem o veículo encontraram a pistola, municada, tendo o condutor dito ser o cunhado do acusado e que o carro fora-lhe entregue para fazer um mandado para a pessoa do acusado e ainda afirmou que a pistola era de propriedade do acusado CARLOS ALBERTO/BOY e que ele, condutor, não sabia que a pistola estava no interior do veículo; QUE através da pessoa que conduzia o carro chegaram até à residência do acusado, onde localizaram os papélotes de maconha; QUE ao fazerem a checagem, via INFOSEG, constataram pela numeração da arma que a mesma tinha sido furtada de um Policial Civil; QUE não se recorda o que fora afirmado pelo acusado, quando da abordagem, sobre a maconha encontrada em sua residência; QUE quando da abordagem, estava na residência a esposa do acusado; QUE também não se recorda se havia alguma restrição com referência ao veículo utilizado pelo acusado, porém se lembra que o veículo não estava em nome da pessoa do acusado; QUE não houve qualquer reação por parte do acusado quando da abordagem (...)"

² Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

³ Art. 16. Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso proibido ou restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.



STJ
PB
316

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

Iguais depoimentos prestaram as testemunhas Ricardo Barbosa Leite e Wellington de Pádua Dos Santos (fls. 182/183).

A arma apreendida no interior do carro de **Carlos Alberto de Jesus Fabrício** havia sido roubada de **Carlos José Maciel Cortez**, policial civil, que ao ser ouvido em juízo disse que (fls. 156/157):

"(...) Tivera seu apartamento violado visitado por um bandido que além da pistola referenciada na denuncia, ainda subtraiu relógio, máquina fotográfica digital e outros objetos de valor; QUE em razão da pistola ter sido apreendida como objeto do processo que o acusado aqui responde a policia avisou que a arma e registrada como de propriedade da policia e carga do depoente; QUE em razão do BO do furto de seu apartamento foi que se descobriu que a arma era da incorporação".

O acusado **Carlos Alberto de Jesus Fabrício** disse em juízo que (fls. 155/156):

"(...) QUE não é verdadeira a imputação feita na denúncia, afirmando o interrogando que a sua casa fora arrombada por volta de 3:30h da madrugada, onde estava o interrogando sua mulher e seu filho de 2 anos de idade tendo a policia ingressando no quarto do interrogando e "plantado" a maconha, que, segundo o interrogando a policia diz que havia encontrado atrás do guarda-roupa; QUE quanto a pistola ponto 40, segundo o interrogando fora encontrada no interior do Fiat Palio que estava estacionado próximo a residência do seu cunhado ADRIANO MONTEIRO DA SILVA, porém afirma o interrogando que o veiculo em questão é de propriedade de LAILA, sócia de sua companheira LIDIANE MONTEIRO DA CUNHA, em uma loja, porém sua companheira Liliane utilizava o carro de Laila, portanto sob a responsabilidade do interrogando Liliane; QUE não sabe afirmar que a arma estava municada; QUE em média recebe por ajudante de mecânico o valor de aproximadamente R\$ 600,00 mensal; QUE trabalha em casa alugado pagando R\$ 130,00 mensal; QUE dos demais objetos referida na denuncia afirma o interrogando que possui uma geladeira e fogão de marca Cônsul; (...) QUE não leu o depoimento firmado perante a autoridade policial, mas afirma que a assinatura após é de seu próprio punho; QUE nunca fizera uso de arma; QUE não possui carteira e quem dirigia o Palio que estava próximo a sua propriedade é seu cunhado Adriano e pai Fabio, uma



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

vez que nem o interrogando, nem sua companheira Lidiane são habilitados para dirigir veículos (...)".

No que concerne à validade dos depoimentos dos policiais, o entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que os policiais não se encontram legalmente impedidos de depor sobre atos de ofício nos processos de cuja fase investigatória tenham participado, no exercício de suas funções, revestindo-se tais depoimentos de inquestionável eficácia probatória, sobretudo quando prestados em juízo, sob a garantia do contraditório (HC 169.810/BA, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 27/11/2012, DJe 05/12/2012).

Dessa forma, não se há falar em ausência de provas hábeis a ensejar o decreto condenatório, sobretudo diante da validade dos depoimentos testemunhais que comprovam a autoria delitiva atribuída a **Carlos Alberto de Jesus Fabrício**.

2. Da alegação de que a pena-base foi fixada muito acima do mínimo legal:

Não se há acolher o pleito do apelante pela redução da pena base ao mínimo legalmente previsto para o tipo descrito no art. 33, da Lei n.º 11.343/06, eis que mesmo possui a maior parte das circunstâncias judiciais desfavoráveis e, sobretudo, por restar demonstrado nos autos que o apelante se dedica à atividades criminosas, eis que responde a outro processo crime pela prática em tese do crime de homicídio qualificado, conforme se verifica do sistema de acompanhamento judicial deste Tribunal de Justiça – JUDWIN Grau2, no Processo Crime n.º 0106665-77.2009.8.17.0001, que tramita perante a 2ª Vara do tribunal do Júri da Capital.

Diante de todo o exposto, acompanhando o parecer da douta Procuradoria de Justiça, nego provimento ao apelo, mantendo incólume a sentença de primeiro grau.

É como voto.

Recife, 20 de maio de 2013.

Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
Revisor Convocado